

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 169

Data 31 de outubro de 1978 Pg.: 18

Geisel estuda projeto sobre emancipação

Da sucursal e do correspondente

O ministro Rangel Reis, do Interior, entregou ontem ao presidente Geisel a minuta do decreto que regulamenta alguns itens do Estatuto do Índio, entre eles o que trata da emancipação. Durante a manhã de ontem, o ministro reuniu-se com a diretoria da Funai para definir alguns aspectos fundamentais que, ainda, estavam pendentes.

Apesar de alegar que "não poderia entrar em detalhes sobre a matéria, antes de falar com o presidente Geisel", Rangel Reis, reafirmou que o Índio não será emancipado a curto prazo, porque este não é o objetivo do decreto. "Ao contrário — disse — a intenção do documento é dar maior apoio às comunidades indígenas, promover o seu desenvolvimento, ou seja, ao invés de emancipação, o decreto, basicamente, dá mais eficácia do regime de tutela. A emancipação e a integração poderão vir como consequência."

De acordo com o decreto, explicou o ministro, as terras onde vivem os índios serão preservadas em nome da União. Mas admite-se que, quando a Funai achar conveniente, se proponha e se faça a doação de determinadas áreas, ouvindo-se, também, a comunidade indígena. No caso de doação, prosseguiu Rangel Reis, todas as precauções foram adotadas, a fim de assegurar que as comunidades não tenham qualquer prejuízo: "Por exemplo, as terras serão consideradas inalienáveis".

ALIENAÇÃO

Sobre o período desta inalienabilidade, Rangel Reis preferiu não entrar em detalhes, alegando que este aspecto tem sido bastante incompreendido. Explicou que as terras só serão inalienáveis no caso de emancipação, "mas este aspecto ainda é discutível, porque, sendo uma comunidade ou o índio individualmente emancipado, vivendo em pleno gozo dos seus direitos civis, como prevê o Código Civil, talvez seja até contra os direitos humanos deles admitir a inalienabilidade durante toda a vida".

Quanto às críticas ao projeto, Rangel Reis disse que preferiu ignorá-las, com exceção de algumas que foram acolhidas. Segundo ele, vários antropólogos foram convidados a participar "mas não foi uma reunião proveitosa, porque não houve exame do texto da minuta; de um modo geral, eles se colocaram contrários ao princípio da emancipação, mesmo não sendo este o objetivo do decreto".